

1. Código e título do projeto

PNUD BRA/18/008 – Fortalecimento da garantia e promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência.

2. Número e título do edital

Edital nº 08/2025 – Diagnóstico de sub-representações na identificação e registro da condição de deficiência.

3. Organismo internacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

4. Secretaria temática demandante

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDPD.

5. Supervisor técnico

Supervisor Técnico: Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos.

Cargo: Coordenador-Geral de Pesquisa de Dados e Indicadores.

Supervisor Técnico (Substituto): Jonathas Rodrigo Bitencourt Duarte.

Cargo (Substituto): Coordenador de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

6. Antecedentes e justificativa

A deficiência permanece como um dos principais desafios sociais e econômicos no Brasil. Apesar dos avanços em inclusão, ainda há barreiras importantes para compreender plenamente a realidade das pessoas com deficiência, sobretudo pela escassez de dados desagregados e pela divergência entre levantamentos oficiais.

A PNAD Contínua 2022 estimou 18,6 milhões de pessoas com deficiência (8,9% da população), enquanto o Censo Demográfico 2022 apontou 14,4 milhões (7,3%). O Censo também trouxe, pela primeira vez, o dado de 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de autismo. Essas diferenças decorrem das metodologias distintas e revelam como a comparabilidade entre pesquisas continua sendo um obstáculo.

Esse cenário expõe um desafio central em políticas de direitos humanos: o sub-registro. Muitas vezes, a informação sobre a deficiência não é captada de forma adequada, o que reduz a visibilidade da população, fragiliza diagnósticos e dificulta a formulação de políticas públicas eficazes.

O Registro de Referência da Pessoa com Deficiência (RRPD), que já reúne mais de 3,5 milhões de cadastros e funciona como ponte para o acesso a direitos, a exemplo do passe livre interestadual e da credencial de estacionamento. Ainda assim, o desafio é ampliar a cobertura e integrar diferentes registros, garantindo maior consistência e transparência.

Um exemplo está no Painel de Emissões da Carteira de Identidade Nacional (CIN): apenas 536.487 pessoas com deficiência foram identificadas (1,64% de 32,5 milhões de carteiras emitidas), percentual muito abaixo da prevalência do Censo 2022 (7,3%). Esse dado evidencia o problema do sub-registro e a necessidade de padronizar metodologias e reforçar mecanismos de identificação em serviços públicos.

7. Enquadramento nas ações do Projeto

7.1 Produto 5: Identificação, sistematização e intercâmbio de boas práticas nacionais e internacionais em Direitos da Pessoa com Deficiência realizado.

7.2. Atividade 5.1: Realizar mapeamento de boas práticas nacionais e internacionais em direitos da pessoa com deficiência.

8. Finalidade da contratação

Contratação de consultoria pessoa física, na modalidade produto, especializada em boas práticas de identificação de pessoas com deficiência, para mapear metodologias adotadas por serviços públicos na identificação e registro da condição de deficiência, diagnosticar sub-representações e propor medidas de mitigação (procedimentais, tecnológicas e normativas) visando ampliar a cobertura e a qualidade dos registros.

9. Requisitos

Por exigência do organismo internacional, a contratação ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

- Atestado médico que comprove boas condições de saúde; e
- Comprovante de imunização contra a covid-19

9.1. Requisitos Obrigatórios:

9.1.1. Formação acadêmica: Mestrado ou Doutorado em Sociais Aplicadas, Estatística, Economia ou similar, em instituição reconhecida pelo MEC;

9.1.2. Experiência profissional mínima de 3 anos no manuseio de microdados de bases relacionadas a temas sociais;

9.1.3. Certificação há pelo menos 1 ano em softwares abertos de ciência de dados (Python, R ou outro);

9.2. Requisitos Desejáveis:

9.2.1. Experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na elaboração e/ou uso de indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência;

9.2.2. Experiência profissional de monitoramento e avaliação (M&A) e de métodos quantitativos, incluindo econometria/avaliação de impacto e técnicas estatísticas;

9.2.3. Experiência profissional de coordenação interinstitucional e de governança de dados sensíveis, envolvendo articulação entre órgãos e observância de padrões de qualidade, interoperabilidade e proteção de dados pessoais (LGPD) em iniciativas de identificação e registro da condição de deficiência.

10. Atividades a serem desenvolvidas

- Mapear e catalogar bases administrativas e pesquisas que registram pessoas com deficiência, identificando órgão responsável, finalidade, cobertura, variáveis e periodicidade;
- Elaborar tabela-síntese padronizada, consolidando escopo, forma de acesso e contatos institucionais;
- Descrever, por base/serviço, a metodologia de identificação, incluindo critérios, campos, evidências requeridas, integrações e validações;
- Produzir quadro comparativo das metodologias adotadas, destacando diferenças e impactos sobre a identificação;
- Construir indicadores de sub-representação por base, comparando registros administrativos com prevalências censitárias e amostrais;
- Organizar séries históricas, recortes regionais, tabelas e gráficos que evidenciem discrepâncias nos registros;
- Analisar causas metodológicas do sub-registro e sintetizar lacunas críticas para a formulação de políticas públicas;
- Realizar estudo técnico sobre perfis da população com deficiência sub-representada, considerando barreiras de autodeclaração e receio de capacitismo;
- Identificar lacunas decorrentes de ausência ou insuficiência de campos de coleta em bases de dados;
- Avaliar diferenças de elegibilidade, metodologias de aferição e lacunas territoriais ou setoriais;
- Elaborar propostas de mensuração dos impactos econômicos e sociais da sub-representação;
- Calcular custos associados à invisibilidade estatística e ao planejamento subdimensionado das políticas públicas;
- Incorporar exemplos internacionais de metodologias de cálculo de custos da sub-representação;
- Consolidar diagnóstico das causas do sub-registro, com base nos produtos anteriores;
- Elaborar propostas de intervenção com medidas procedimentais, tecnológicas e normativas; e
- Estabelecer indicadores de acompanhamento, mecanismos regulatórios e prioridades de ação.

11. Produtos e resultados esperados

Produtos	Descrição
Produto 1: Documento técnico contendo Identificação de pelo menos 6 bases de dados administrativas sobre pessoas com deficiência (catálogo padronizado e contatos institucionais)	<p>Este produto fornecerá um catálogo padronizado com informações sobre, no mínimo, 6 bases de dados que registram pessoas com deficiência, previamente aprovadas pela SNDPD. O objetivo é consolidar, em um único documento de referência, as principais fontes existentes no Brasil, com foco em sua utilização para formulação e monitoramento de políticas públicas.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação da base (órgão responsável, finalidade e periodicidade de atualização);• Escopo (abrangência territorial, público-alvo e variáveis-chave);• Forma de acesso e contatos institucionais;• Tabela-síntese padronizada (mínimo de 1 página por base).
Produto 2: Documento técnico contendo relatório metodológico sobre métodos de identificação por serviço/base, com fluxos e campos mínimos.	<p>Este produto apresentará um relatório técnico descrevendo os métodos e critérios utilizados por diferentes bases e serviços públicos para identificar pessoas com deficiência. O objetivo é mapear fluxos, campos mínimos e requisitos de comprovação, comparando as distintas metodologias em uso e apontando fragilidades.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Descrição do fluxo de identificação em cada serviço (etapas, documentos requeridos, integrações);

	<ul style="list-style-type: none"> • Campos obrigatórios e variáveis críticas registradas; • Análise das diferenças metodológicas e seus impactos; • Proposta de quadro comparativo dos métodos adotados.
<p>Produto 3: Documento técnico contendo dossiê de evidências de sub-representação por base/serviço, com métricas comparativas e limitações.</p>	<p>Este produto reunirá um dossiê analítico sobre a ocorrência de sub-registro e sub-representação nas principais bases de dados que registram pessoas com deficiência. O objetivo é quantificar lacunas, comparar resultados com pesquisas amostrais e censitárias, e evidenciar limitações metodológicas.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de prevalência estimada vs. Registrada em cada base; • Séries históricas ou recortes regionais que evidenciem discrepâncias; • Tabelas e gráficos comparativos; • Discussão metodológica sobre possíveis causas de subregistro; • Síntese com lacunas críticas para a formulação de políticas públicas.
<p>Produto 4: Documento técnico contendo características da população com deficiência sub-representada (receio de capacitismo, ausência de informação sobre a base)</p>	<p>Este produto apresentará um estudo técnico sobre os perfis da população com deficiência que se encontra sub-representada nos registros administrativos e censitários. O objetivo é identificar grupos que, por diferentes motivos, não estão plenamente captados pelas Poderia incorporar o Produto 4 ao Produto 3, por se tratar de um aprofundamento desse diagnóstico, analisando quem são os grupos sub-representados e por que estão invisíveis. existentes.</p>

	<p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">i) barreiras relacionadas ao receio de autodeclaração, decorrente de experiências de capacitismo;ii) ausência ou insuficiência de campos específicos de coleta em determinadas bases;iii) diferenças nos critérios de elegibilidade e metodologias de aferição da deficiência entre cadastros; eiv) lacunas territoriais ou setoriais de cobertura.
<p>Produto 5: Documento técnico contendo estimativa do custo econômico da sub-representação de pessoas com deficiência nas bases de dados</p>	<p>Este produto apresentará uma análise detalhada dos impactos econômicos e sociais decorrentes da sub-representação de pessoas com deficiência nas bases de dados e nos registros administrativos. O objetivo é mensurar o custo da invisibilidade estatística e suas implicações sobre a efetividade das políticas públicas.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Metodologia de cálculo dos custos econômicos da sub-representação;• Estimativa de pessoas que deixam de acessar políticas públicas devido ao sub-registro;• Evidências de políticas planejadas para menos beneficiários do que os que necessitam;• Impactos sobre a priorização e eficiência do gasto estatal;• Exemplos internacionais de mensuração de custos do sub-registro.
<p>Produto 6: Documento técnico contendo análise do problema e proposta de intervenção (plano de ação com medidas procedimentais, tecnológicas e normativas, priorização e indicadores de acompanhamento)</p>	<p>Este produto apresentará um plano de ação estruturado, com medidas para enfrentar o problema do subregistro de pessoas com deficiência nos serviços públicos. A proposta deverá combinar soluções procedimentais, tecnológicas e normativas, priorizando</p>

	<p>intervenções factíveis e acompanháveis por indicadores.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico consolidado das causas de sub registro;• Incentivos regulatórios para reduzir a sub-representação;• Estimativa dos custos econômicos da sub-representação; e• Proposta de priorização das ações e indicadores de acompanhamento.
--	--

12. Cronograma de entrega e pagamento dos produtos

Produto	Prazo de entrega após assinatura do contrato	Valor	Percentual
Produto 1	20 dias	R\$ 6.066,67	10%
Produto 2	45 dias	R\$ 9.706,67	16%
Produto 3	70 dias	R\$ 13.953,33	23%
Produto 4	90 dias	R\$ 7.886,67	13%
Produto 5	110 dias	R\$ 10.920,00	18%
Produto 6	140 dias	R\$ 12.133,33	20%
Total	--	R\$ 60.666,67	100%

13. Valor total do contrato

R\$ 60.666,67 (sessenta mil seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos),

14. Duração do contrato

A duração do contrato é de 150 dias a partir da assinatura do termo.

15. Insumos

- Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão;
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – promulga a convenção internacional das pessoas com deficiência.

16. Previsão de viagens

A consultoria deve ter disponibilidade para participar de eventuais reuniões na Secretaria Temática, que ocorrerão preferencialmente por videoconferência. Passagens e diárias para eventuais reuniões presenciais serão custeadas pelo Projeto, caso a pessoa selecionada não resida no Distrito Federal.

Estão previstas, ao longo do contrato, a realização de viagens que subsidiarão o objetivo da consultoria e o desenvolvimento dos produtos. As despesas relativas a passagens e diárias serão custeadas pelo Projeto.

17. Localidade do trabalho

Local de Trabalho: Território Nacional.

18. Número de vagas

Número de Vagas: 1(uma) vaga.

19. Inscrições

- 19.1. As pessoas interessadas em participar do processo seletivo deverão encaminhar currículo, conforme modelo disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais-2025/2025_CV_padrao.docx, para o endereço eletrônico editais.sndpd@mdh.gov.br, até a data limite estabelecida para inscrição.
- 19.2. O currículo deverá ser apresentado em formato PDF e obrigatoriamente em língua portuguesa. Arquivos corrompidos, ilegíveis ou que apresentem defeitos que impeçam sua visualização não serão considerados.
- 19.3. O campo “assunto” do e-mail deverá conter, obrigatoriamente, a seguinte identificação: Projeto PNUD BRA/18/008 – Edital 08/2025, a fim de indicar a vaga a que se refere a candidatura.
- 19.4. As candidaturas que não observarem as condições estabelecidas nos subitens anteriores serão desconsideradas.

20. Critérios de avaliação:

Fase I: Até 80 pontos (nota máxima da fase de análise curricular)

Requisitos obrigatórios	Até 80 pontos
-------------------------	---------------

Mestrado ou Doutorado em Sociais Aplicadas, Estatística, Economia ou similar, em instituição reconhecida pelo MEC	Doutorado – 20 pontos Mestrado – 15 pontos (apenas um dos títulos é pontuado)
Experiência profissional mínima de 3 anos no manuseio de microdados de bases relacionadas a temas sociais	Até 22 pontos 3 anos completos: 4 pontos 4 anos a 6 anos completos: 10 pontos 6 anos a 8 anos completos: 16 pontos 9 anos completos ou mais: 22 pontos
Certificação há pelo menos 1 ano em softwares abertos de ciência de dados (Python, R ou outro)	6 pontos
Requisitos Desejáveis	
Experiência profissional mínima de 3 anos na elaboração ou uso de indicadores de monitoramento/avaliação de políticas públicas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência	Até 18 pontos 3 anos completos: 4 pontos 4 anos a 6 anos completos: 9 pontos 6 anos a 8 anos completos: 13 pontos 9 anos completos ou mais: 18 pontos
Experiência profissional de monitoramento e avaliação (M&A) e de métodos quantitativos, incluindo econometria/avaliação de impacto e técnicas estatísticas.	Até 8 pontos 1 a 2 anos completos: 2 pontos 3 a 4 anos completos: 4 pontos 5 anos completos ou mais: 8 pontos
Experiência profissional de coordenação interinstitucional e de governança de dados sensíveis, envolvendo articulação entre órgãos e observância de padrões de qualidade, interoperabilidade e proteção de dados pessoais (LGPD) em iniciativas de identificação e registro da condição de deficiência	Até 6 pontos 1 a 2 anos completos: 1 ponto 3 a 4 anos completos: 3 pontos 5 anos completos ou mais: 6 pontos

Fase II: Até 20 pontos (nota máxima da fase de entrevista)

Habilidades e competências	Até 20 pontos
Deverá apresentar domínio dos assuntos relacionados ao objeto da contratação, demonstrando fluência verbal, cordialidade, polidez, assertividade, atenção, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, além de capacidade de análise e síntese.	A pontuação será atribuída de forma proporcional ao número de perguntas, de acordo com o nível de atendimento a cada requisito.

21. Disposições finais

Leia atentamente o documento **“Critérios Gerais de Seleção 2025 – Projetos de Cooperação Internacional/MDHC”**, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais-2025/2025_Criterios_consultorias_PF.pdf. Nele estão as informações gerais do processo seletivo: requisitos, inscrições, previsão de viagens, regras de inabilitação, classificação e resultado, além das disposições sobre contratação, entrega, pagamento e avaliação dos produtos, bem como os critérios de seleção e a pontuação máxima por fase.